

## RELATORIA WORKSHOP COMBATE AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

### Principais observações das palestrantes:

#### - **Ellen Guerra**

Apresentação dos monitoramentos feitos pelo AláfiaLab para identificar a lexia do racismo, compreendendo como esse fenômeno se dá, identificando palavras, termos e gírias que compõem o arcabouço de vocabulário do racismo online. Essa pesquisa mostrou que o racismo nas plataformas digitais se manifesta em diferentes dimensões, ou seja, ele se apresenta relacionando outras questões como gênero, classe social e se utiliza também de outros formatos, como os emojis, atuando também para a minimização e ridicularização da luta antirracista.

Foram identificadas quatro categorias: desumanização; desqualificação (negando as validades individuais); invisibilização (com conteúdos tentando a pagar a luta antirracista) e desinformação;

Os racistas produziram táticas de criar um léxico seguro para dentro das redes não ter o seu conteúdo derrubado nas redes sociais.

Importante falar que o racismo nas redes se alimenta do racismo existente na sociedade. Por tanto, não se pode contar com moderação apenas digital, é fundamental garantir uma moderação humanizada, tendo em vista a complexidade da linguagem, da forma como ele se adapta aos diferentes em ambientes.

#### - **Nina Santos**

A Secretaria de Políticas Digitais da SECOM tem por missão trabalhar a interseção entre informação e digital. Uma das perspectivas é a dos direitos. Em como garantir que esse ambiente informacional digital seja um ambiente de garantia de direitos. Que seja garantida a pluralidade de informações e de sujeitos que a produzem, de forma confiável e diversa sobre a sociedade brasileira. A SPDIGI trabalha para a garantia dessa pluralidade.

Entre as ações concretas, está o Plano de Igualdade Racial na Comunicação Institucional, como um esforço interministerial. Na perspectiva das iniciativas desse plano, está o lançamento da incubadora para apoio às mídias independentes, periféricas e negras. Serão milhões de reais investidos para criar soluções para esse jornalismo. A ideia é garantir a sustentabilidade do jornalismo negro, periférico e independente. Uma ação que parte da Bahia para todo o Brasil. A contribuição que o

Governo Federal está dando é criar as condições para a manutenção desse jornalismo, como uma contribuição para a garantia dessa diversidade como ponto fundamental da manutenção do direito à informação para todos os cidadãos e cidadãs brasileiros.

Outra vertente da atuação consiste no fato de que o Estado Brasileiro, na sua totalidade, é o maior difusor de publicidade e propaganda, investindo quantias volumosas de recursos. Desta forma, o Estado precisa funcionar como fomentador dessa produção de informação plural, diversa e de qualidade para o exercício da cidadania. Nesse sentido, a SECOM tem trabalhado para a inclusão dessas mídias periféricas no MIDACAD, a plataforma de publicidade do governo.

Outro ponto é o fato de que estamos nos debruçando no combate ao racismo nas plataformas digitais. Um fenômeno crescente e que exige uma atuação diferenciada. A SECOM está reunindo evidências desse fenômeno a partir daquilo que já vem sendo levantado pela sociedade civil. Além do próprio racismo ali presente, por vezes essas plataformas acabam ocultando o próprio debate sobre o racismo nas plataformas através de seus mecanismos de moderação, que não são refinados e efetivos no combate ao racismo de fato nas plataformas digitais. Por isso é necessário uma abordagem específica, reunindo o conhecimento que já temos e com isso produzir consequências para as diversas pontas institucionais.

Respostas: A SPDIGI trabalha para um processo de atuação em relação às bigtechs sobre o racismo. Essa elaboração está ocorrendo e deve ser lançada em breve.

Sobre não veicular publicidade do governo em plataformas que “promovem conteúdos nocivos”, estão sendo elaboradas ações, mas já existem normativas sobre a aplicação de marcas de governo em publicidade. Esse tema é sobre a IN 94, que necessita ser aprofundada e essa discussão deve ser feita.

## - **Tais Oliveira**

Combate ao racismo nas plataformas e canais do governo:

\*subsídios para elaboração do Plano de Comunicação Antirracista.

Tópicos sugeridos: Serviços de suporte técnico para políticas especializadas, exemplo foi durante a pandemia e a dificuldade de acesso por uma parte significativa da população para acessar, evidenciando uma disparidade de acesso digital em um período onde cada vez mais as ações do governo são digitais.

Construir uma comunicação com linguagem inclusiva, se adaptando em cada particularidade de cada território, como as diferentes línguas indígenas e quilombolas. É fundamental garantir uma composição plural entre os profissionais que compõem as

equipes de elaboração de tecnologias. É fundamental garantir a construção de equipes diversas, uma vez que a ordem geopolítica tem impactado na destruição de políticas de diversidade, especialmente após a eleição de Trump nos EUA. É fundamental garantir que as empresas contratadas pelo governo tenham a exigência de construir equipes diversas.

Incluir o movimento negro nos debates sobre transparência na internet e no debate sobre a inteligência artificial. Garantir a presença de negros, indígenas, pessoas LGBTQ+.

Importante garantir a soberania digital a partir de toda a estrutura que já possuímos, como universidades, incubadoras e outras instituições, sem a necessidade de dependermos de grandes grupos estrangeiros de tecnologia.

Respostas: Ver pesquisa da “educação vigiada”.

### **Falas do público**

**Celso Oliveira:** Sobre os PLs de regulamentação da inteligência artificial e das plataformas digitais. Garantir a participação da sociedade nos debates e organizar

**Tarcísio Silva (ABONG):** Entender se tem alguma análise sobre essa imensidão de casos de racismo digital com o que ocorre nas empresas, como no caso da Google. Problematização do nome. Inicialmente uma consulta pública sobre o combate ao racismo e depois um plano pela igualdade racial, descaracterizando a luta antirracismo.

**Juscineide de Carvalho:** Sobre as imagens, sobre a forma como a comunicação se expressa na publicidade negando a diversidade étnica e cultural

Existem várias agências de financiamento das empresas. Por que não existe um mecanismo que veicule a obrigatoriedade dessas empresas para adquirirem esse financiamento, têm a obrigação de garantir um mecanismo de cotas. Que elas sejam obrigadas a devolver esse recurso ao público através de ações afirmativas.

**Gustavo:** Pergunta sobre o Plano pela Igualdade. Prazos e banco de imagens.

**Mirts Santarosa:** O Governo precisa ser mais incisivo sobre o que quer na publicidade, garantindo de fato sua diversidade. Além disso, é importante garantir que essas mídias periféricas sejam contempladas no grande bolo da publicidade institucional.

**Nina responde:** A incubadora tem o papel de acelerar o processo para que essas mídias tenham acesso ao grande bolo da publicidade.

**Aline Rocha:** Existe alguma perspectiva de inclusão do letramento digital e, principalmente, letramento digital antirracista voltado para as escolas?

Qual é a atuação do MIR para tratar de reparação histórica com o fato de o Banco do Brasil ter financiado a escravidão e até o momento não ter feito reparação para o conjunto da população negra que segue sendo escravizada.

-

- **Consensos**

Necessidade de incluir o letramento digital antirracista nos processos de educação digital e midiática.

- **Dissensos**

Necessidade de forçar que empresas estatais atuem de maneira mais efetiva na reparação histórica em relação ao povo negro. Entre os exemplos, a necessidade de que bancos públicos como o Banco do Brasil que, segundo a participante, financiou a escravização de pessoas negras, invista pesado em política de reparação histórica.

Foi afirmado que nomear o Plano de Comunicação de “Para Igualdade Racial” ao invés de “Combate ao Racismo” não contribui para a necessária visibilidade da luta anti racista.

- **Encaminhamentos gerais**

Necessidade de revisar o plano de comunicação pela igualdade racial, instrumento instituído em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e o Ministério da Igualdade Racial, e garantir que sejam adicionados prazos para as metas ali estabelecidas.

Organizar uma chamada pública para que entidades da sociedade civil possam dar sua contribuição de formação em letramento digital na Estratégia Brasileira de Educação Midiática, garantindo que a oferta de cursos para formação de professores contemple o letramento racial no ambiente digital.